

Câmara aprova PLP que altera regras de emendas

Texto segue para o Senado, que deve avaliá-lo em novembro

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (5), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 175/24, que regulamenta as regras de transparência, execução e impedimentos técnicos de emendas parlamentares. Foram 330 votos a favor e 74 contrários ao texto. Os parlamentares aprovaram o texto substitutivo do relator da medida, deputado Elmar Nascimento (União-BA). O texto segue para o Senado Federal.

“O novo marco fortalece a transparência, a eficiência e o controle no uso dos recursos públicos”, defendeu Elmar Nascimento, alegando que a medida é fundamental para a execução do Orçamento.

No mesmo dia, o plenário da Casa aprovou a urgência do PLP por 360 votos favoráveis e 60 contrários. A aprovação da urgência do texto garantiu a votação no mesmo dia, já que o modelo de urgência libera o projeto de ser votado nas comissões específicas que abrangem a temática do texto, permitindo que os parlamentares votassem diretamente no plenário da Casa.

Em entrevista à TV Câmara logo após a aprovação do texto no plenário da Casa, o deputado Rubens Pereira Júnior adiantou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse que texto deve ser votado no plenário do Senado ainda neste mês.

O texto de Elmar Nascimento prevê o pagamento de R\$ 11,5 bilhões em emendas não impositivas – ou seja, as emendas de pagamento não



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Parlamentares tiveram pressa em aprovar urgência e conteúdo do texto no mesmo dia

obrigatório – para 2025. Já a partir de 2026, esse valor deve ser corrigido anualmente pela inflação, se o texto permanecer como está.

“No que tange às emendas de bancada, destacam-se avanços como a restrição do objeto a projetos de investimentos estruturantes e ações e equipamentos públicos prioritários, a garantia de oito emendas para todas as bancadas e a vedação de repartição da ação de forma que as partes não resultem em valor inferior a 10% do valor da emenda, ressalvada para atendimento em ações e serviços públicos de saúde”, declara o relatório da media.

Contrários

O deputado federal Danilo Forte (União-CE) foi um dos parlamentares que se manifestou contrário à medida. Horas antes da votação no plenário da Casa, em entrevista coletiva à imprensa, o deputado – que também foi autor da última Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) – criticou o modelo apresentado pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA). Na avaliação de Forte, o texto pode limitar a autonomia do Congresso sobre o orçamento público.

“Qualquer relatório que fizer será ruim para alguém. Se fizer o relatório para atender o que vem do projeto do Rubens, ele está entregando o orçamento para o poder Executivo. Aí não precisa mais de CMO [Comissão Mista do Orçamento], de LDO, não precisa mais de nada. Se ele fizer para atender o plenário, vai estar comprando uma briga com o Executivo e com o Judiciário, que todo mundo sabe que estão jogando juntos”, declarou Danilo Forte.

Presidência

A relatoria de Elmar Nascimento, que também é candidato a presidência da Câmara dos Deputados, foi interpretado como uma estratégia de Arthur Lira (PP-AL) para atrair votos

para seu candidato a sucessor, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Há a expectativa de que o parlamentar do União Brasil desista de sua candidatura para apoiar Motta, em troca de virar presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a principal comissão da Casa, no primeiro ano do mandato de Motta.

Nesta terça-feira, os partidos PSDB e Cidadania se juntaram ao candidato de Lira e anunciaram apoio ao paraibano para assumir a presidência da Câmara.

Já no Senado, o líder do PT no Senado, senador Beto Faro (PT-PA), confirmou nesta terça-feira que o partido apoiará o candidato Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para a presidência da Casa em fevereiro de 2025. Com o apoio da bancada, que tem 9 integrantes, Alcolumbre, teoricamente, tem a quantidade necessária de votos para se eleger presidente do Senado novamente.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Elmar Nascimento buscou acordo

Mudança em emendas pix complica projeto

Uma acirrada discussão atrapalhou a tramitação do projeto que regulamenta e estabelece limitações a emendas parlamentares ao orçamento federal.

A proposta é resultado de uma exigência do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que cobra mais transparência dessa transferência de recursos.

PL, PSD e PSDB reclama-

ram que o projeto avançava sobre prerrogativas do Congresso Nacional ao por exemplo, definir que tipo de obra poderia ser favorecida pelas transferências especiais, as emendas pix, hoje entregues sem qualquer controle.

Líder do União Brasil e relator da proposta, Elmar Nascimento (BA) buscava um acordo até o início da noite de ontem.

Sem motivo

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), não havia motivo para a grita. Alegou que o projeto apenas estabelece um regramento. “Pior que está não fica”, disse, referindo-se à facilidade na distribuição dos recursos atualmente. Defendeu, no limite, uma votação sem acordo.

Constituição

O deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) afirmou que o maior problema estava relacionado a emendas individuais — não citou especificamente as pix. Ressaltou que essas transferências foram incluídas na Constituição e teriam que ser respeitadas.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Rubens Pereira Júnior (PT-MA) assina a proposta

Dinheiro é transferido mesmo sem projetos específicos

Mudança feita na Constituição em 2019 criou as transferências especiais e determinou que elas seriam repassadas “diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere”. Ou seja, o dinheiro cai no caixa de prefeituras mesmo sem que te-

nha finalidade específica. O projeto determina que, no caso dessas emendas pix, o autor da transferência deve informar seu objeto e seu valor. Haveria também prioridade para a conclusão de obras inacabadas. Outro ponto que preocupa parlamentares é submeter essas emendas ao controle do Tribunal de Contas da União.

Moeda de troca

Em tempo: o deputado Luiz Philippe, apesar de reconhecer o direito às emendas, diz que as de caráter individual são “muito ruins para o jogo da política”, servem de “moeda de troca” para o Centrão. Reclama também da interferência do STF em mais um caso.

Fake news

Aberto em 2019 e mantido sob sigilo pelo ministro Alexandre de Moraes, o inquérito das fake news parece ter entrado na reta final. Desde outubro houve 27 movimentações registradas — em setembro, foram apenas seis. No último dia 29, Moraes tomou duas decisões.

Cariocada

O prefeito carioca, Eduardo Paes (PSD), não perde a chance de cutucar São Paulo. Curtiu um post no Instagram do perfil Perrenque Chique — a publicação mostrava imagens da confusão causada pela chuva no autódromo de Interlagos, durante a corrida de Fórmula 1.

Mistura tóxica

Integrante da CPI das Apostas, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) diz que o caso do jogador Bruno Henrique, do Flamengo, reforça os problemas das bets. “Tão ruim quanto a manipulação é a suspeita em si. Não dá para misturar esporte e jogo de azar”, ressalta.

Senado adia PL que regulamenta mercado de carbono no Brasil

Por Gabriela Gallo

Por falta de decoro, o plenário do Senado Federal adiou a votação do projeto que institui o marco regulatório para o mercado de crédito de carbono no Brasil (PL 182/2024) para próxima terça-feira (12). O substitutivo da matéria seria apresentado nesta terça-feira (5) pela relatora da medida, senadora Leila Barros (PDT-DF), que também é presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da Casa. Porém, os senadores optaram por adiar a votação do projeto perante a complexidade do tema e do fato de o Congresso Nacional estar trabalhando em sistema semipresencial.

O relatório substitutivo de Leila Barros foi apresentado nesta segunda-feira (4). Caso o texto da relatora seja aprovado, o projeto retorna para a Câmara dos Deputados.

O projeto garante que empresas compensem as suas emissões de gases poluentes por meio da compra de créditos vinculados a iniciativas de preservação ambiental. O projeto divide o mercado de crédito de carbono em dois setores: o regulado e o voluntário. O regulado envolve iniciativas do poder público e observa regras estabelecidas no Protocolo de Kyoto, protocolo internacional assinado em 1997 que previa os créditos de carbono pela primeira vez. O setor voluntário, por sua vez, refere-se à iniciativa privada, no intuito de não



Saulo Cruz/Agência Senado

Pacheco e Leila Barros optaram por adiar votação

impôr uma padronização, deixando-o mais flexível.

Para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o tema é de grande relevância e traz um protagonismo para o Brasil no combate a impactos causados ao meio ambiente — especialmente com a participação brasileira na 10ª Cúpula dos Parlaentos do G20 (Cúpula do P20), marcada de quarta-feira (6) a sexta-feira (8) no Congresso Nacional, e a 29ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 29), marcada para próxima segunda-feira (11), no Azerbaijão, país localizado entre o Leste Europeu e a Ásia Ocidental.

“Considero um projeto precípua para esse propósito do Brasil de liderar essa caminhada do desenvolvimento sustentável, regu-

lando o mercado de carbono e tornando mais claras as regras em relação a esse tema”, disse Pacheco.

A relatora do projeto enfatiza que o projeto “incentivará empresas a adotarem práticas sustentáveis e atrairá investimentos, colocando o Brasil na vanguarda das soluções climáticas globais”. “Um passo importante para um futuro mais verde”, ressaltou Leila Barros em suas redes sociais.

Reforma Tributária

Outra matéria de destaque no Senado Federal é o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024). O texto atualmente segue em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), ainda sem data para ser aprovada